

Galletta: saída é renegociar dívida externa, estimular conversão e desestatizar

Para Galletta, dívidas levaram País à falência

Os endividamentos interno e externo do Brasil conduziram o País à falência total. A crise está no setor público e não há mais como "empurrar o problema com a barriga". A constatação foi feita ontem, em São Paulo, pelo secretário-geral do Conselho de Privatização, Paulo Galletta, durante o IX Congresso do Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (Inda). Galletta disse que não há perspectivas de empréstimos externos e, internamente, a taxa de juros está a ponto de estourar. Além disso, destacou, o texto da Constituição tornará as coisas ainda mais difíceis para o governo federal no próximo ano, quando 17% da receita será transferida para estados e municípios.

"Dizer que o País está na falência não é apenas uma frase de efeito", salientou Galletta, "é puro pragmatismo". Três pontos são prioritários, disse: a renegociação da dívida externa brasileira, com prazos longos para ajudar o fluxo de caixa; o estímulo à conversão dessa dívida em capital de risco; e a desestatização.

A privatização, para Galletta, também deve obedecer a três critérios. "O primeiro passo é vender e bem os ativos, seguindo-se a desregulamentação econômica, prin-

cipalmente na área de preços, e não desprezar também os setores de concessões de serviços e obras." Onde houver concorrência, destacou, os preços devem ser liberados e "onde houver monopólio as regras podem aparecer, desde que duradoras e não variem toda vez que um novo ministro é nomeado. Só assim atrairemos a iniciativa privada", afirmou.

Entre os setores privatizáveis, Paulo Galletta exclui apenas dois, que considera estratégicos: geração de energia elétrica e exploração de petróleo. Ainda assim, ele não vê objeções em transferir para a iniciativa privada a transmissão e distribuição de eletricidade e atividades hoje mantidas pela Petrobrás, como petroquímica e fertilizantes. "As obras de Xingó (usina em construção na área da Chesf) consumirão US\$ 1,7 bilhão, só ficarão prontas em 1993 e o retorno de capital está previsto para 20 anos. A iniciativa privada certamente não participaria dessa obra, mas poderia explorar pequenas centrais", definiu Galletta.

No ano passado, segundo ele, o Tesouro desembolsou US\$ 8 bilhões para sanear o setor elétrico e siderúrgico, uma atitude incompatível com a situação financeira do

País. "O governo terá de se desfazer de seus ativos, mas de forma inteligente, pois aumentar impostos na crise só prejudica ainda mais os contribuintes e aumenta a sonegação."

Galletta apresentou um relatório do Programa de Privatização onde consta o desligamento do Estado de 13 empresas. Quatro delas foram fechadas e as demais transferidas para a iniciativa privada. Além disso, 32 projetos estão em fase de implantação, alguns, inclusive, com os editais para o leilão publicados, como Carafha Metais, Cia. de Ferro e Aço de Vitória (Cofavi), Cia. Brasileira de Cobre (CBC), Cia. Usinas Nacionais (Açúcar Pérola) e Cia. Siderúrgica de Mogi das Cruzes (Cosim).

Até o final deste ano, afirmou, outros dois editais deverão ser publicados para a transferência à iniciativa privada da Cia. Siderúrgica do Nordeste (Cosinor) e da Climental Siderurgia S.A. O conselho está também transferindo para os Estados 18 centrais de abastecimento (Ceasas), desenvolvendo nove privatizações, iniciando o estudo em outras nove empresas e abrindo o capital de quatro, Telebrás, Usiminas, Petroquisa e Petrobrás Distribuidora S.A. (BR).